



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

P. M. N.

Publicado Dia 31/12/02

JORNAL TRIBUNA
SUPLEMENTO III

Legislação sobre o Sistema

REPUBLICADO NA
EDIÇÃO DE 04/03/03
DO JORNAL TRIBUNA

de Carreiras e Remuneração

do Município de Natividade

Coordenadoria de Pessoal

Assessoria Técnica:

COORDENAÇÃO GERAL

Paulo Timm

Superintendente de Organização e Gestão - O&G

ELABORAÇÃO

Eunice Maria Goffi Marquesini Oliveira Lucena

Assessora Técnica

APOIO ADMINISTRATIVO

Isabel Newlands

IBAM

Instituto Brasileiro de
Administração e Planejamento



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051

Lei 234/02 - 04/12/02

Cristiano Levone de Oliveira

Secretário Mun. de Administração

CRA-RJ 20.60.655-8

Port. nº 002/2003 - CPF 049.396.567-09



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RELAÇÃO DOS ANEXOS | 3 |
| CAPÍTULO I | 4 |
| DA ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL | 4 |
| CAPÍTULO II | 6 |
| DO PROVIMENTO DOS CARGOS | 6 |
| CAPÍTULO III | 10 |
| DA PROGRESSÃO | 10 |
| CAPÍTULO IV | 13 |
| DA PROMOÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO V | 16 |
| DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO | 16 |
| CAPÍTULO VI | 16 |
| DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO | 16 |
| CAPÍTULO VII | 18 |
| DA REMUNERAÇÃO | 18 |
| CAPÍTULO VIII | 19 |
| DA LOTAÇÃO | 19 |
| CAPÍTULO IX | 20 |
| DA MANUTENÇÃO DO QUADRO | 20 |
| CAPÍTULO X | 21 |
| DA CAPACITAÇÃO | 21 |
| CAPÍTULO XI | 24 |
| DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO | 24 |
| CAPÍTULO XII | 26 |
| DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS | 26 |
| CAPÍTULO XIII | 28 |
| DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS | 28 |



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

RELAÇÃO DOS ANEXOS

ANEXO I

Cargos da parte permanente do quadro de pessoal

ANEXO II

Cargos e empregos da parte suplementar do quadro de pessoal

ANEXO III

Representação gráfica das perspectivas de desenvolvimento funcional estabelecidas para os ocupantes dos cargos da parte permanente do quadro de pessoal

ANEXO IV

Cargos da parte permanente do quadro de pessoal hierarquizadas por níveis de vencimento

ANEXO V

Tabelas de vencimentos

ANEXO VI

Relação dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança

ANEXO VII

Descrição dos cargos da parte permanente do quadro de pessoal



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

LEI N.º 234/2002

Dispõe sobre o Sistema de Carreiras e Remuneração da Prefeitura Municipal de Natividade - RJ, estabelece normas de enquadramento, institui nova tabela de vencimentos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Natividade, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 1º O Sistema de Carreiras e Remuneração da Prefeitura Municipal de Natividade obedece ao regime estatutário e estrutura-se em um quadro que se compõe de:

I - Parte Permanente, com os respectivos grupos ocupacionais e cargos;

II - Parte Suplementar, com os respectivos cargos e empregos em extinção;

Art. 2º Para os efeitos desta Lei são adotadas as seguintes definições:

I - quadro de pessoal - conjunto de cargos de provimento efetivo, de provimento em comissão e de funções de confiança existentes na Prefeitura Municipal de Natividade;

II - servidor público - toda pessoa física legalmente investida em cargo ou emprego público, de provimento efetivo ou em comissão;



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

III - cargo público - conjunto de atribuições, deveres, competências e responsabilidades cometidas ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelos cofres públicos;

IV - classe - posicionamento do ocupante do cargo na carreira, de acordo com o estágio de desenvolvimento em que se encontra;

V - carreira - composta por estágios de desenvolvimento diferenciados, estabelecidos em função das competências estabelecidas e dos conhecimentos exigidos dos ocupantes das classes que a compõem;

VI - grupo ocupacional - conjunto de cargos com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de conhecimento exigido para seu desempenho;

VII - nível - símbolo atribuído ao conjunto de classes equivalentes quanto ao grau de dificuldade ou responsabilidade, visando determinar a faixa de vencimentos a elas correspondentes;

VIII - faixa de vencimentos - escala de padrões de vencimentos atribuídos a um determinado nível;

IX - padrão de vencimento - letra que identifica o vencimento atribuído ao servidor dentro da faixa de vencimentos da classe que ocupa;

X - interstício - lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor se habilite à progressão ou à promoção;

XI - progressão - passagem do servidor de seu padrão de vencimento para outro, imediatamente superior, dentro da faixa de vencimentos da classe a que pertence, observadas as normas estabelecidas no Capítulo III desta Lei e em regulamento específico;

XII - promoção - passagem do servidor para a classe imediatamente superior àquela a que pertence, dentro da mesma carreira, observadas as normas estabelecidas no Capítulo IV desta Lei e em regulamento específico;

XIII - função gratificada ou função de confiança - vantagem pecuniária, de caráter transitório, para remunerar encargos, em nível de chefia, direção e assessoramento, exercida, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo na Prefeitura Municipal de Natividade;



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

XIV - cargo de provimento em comissão - cargo de confiança de livre nomeação e exoneração, a ser preenchido, também, por servidor de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei, conforme a circunstância.

Art. 3º Os cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal com a carga horária, os quantitativos e níveis de vencimento estão distribuídos por grupos ocupacionais no Anexo I desta Lei.

§ 1º Os cargos de que trata o *caput* deste artigo integram os seguintes grupos ocupacionais:

I - Administrativo-Contábil-Financeiro;

II - Fiscalização;

III - Guarda Municipal;

IV - Serviços de Apoio a Educação, Ação Social, Esporte e Lazer;

V - Serviços de Apoio à Saúde;

VI - Mecânica e Transportes;

VII - Técnico-Operacional;

VIII - Nível Superior.

§ 2º Os cargos e os empregos que integram a Parte Suplementar do Quadro de Pessoal são os constantes do Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO II

DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Art. 4º Os cargos classificam-se em cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo, constantes do Anexo I desta Lei, serão providos:



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

I - pelo enquadramento dos atuais servidores, conforme as normas estabelecidas no Capítulo XI desta Lei;

II - por nomeação, precedida de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição Federal, tratando-se de cargo inicial de carreira ou de cargo isolado;

III - por promoção, tratando-se de classe intermediária ou final de carreira;

IV - pelas demais formas previstas na legislação municipal em vigor.

Art. 6º Para provimento dos cargos efetivos serão rigorosamente observados os requisitos básicos e específicos estabelecidos para cada um deles, constantes do Anexo VII desta Lei, sob pena de ser o ato correspondente nulo de pleno direito, não gerando obrigação de espécie alguma para Natividade ou qualquer direito para o beneficiário, além de acarretar responsabilidade a quem lhe der causa.

§1º São requisitos básicos para provimento de cargo público:

I - nacionalidade brasileira;

II - gozo dos direitos políticos;

III - regularidade com as obrigações militares, se do sexo masculino, e com as eleitorais;

IV - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

V - condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo, emprego ou função, de acordo com prévia perícia médica oficial, admitida a incapacidade física ou mental parcial, na forma dos artigos 13 a 15 desta Lei e de regulamentação específica;

VI - nível de escolaridade exigido para o desempenho do cargo;

VII - habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada.

§2º Lei específica, observada a lei federal, definirá os critérios para admissão de estrangeiros no serviço público municipal de Natividade.

Art. 7º O provimento dos cargos integrantes do Anexo I desta Lei será autorizado pelo Prefeito Municipal de Natividade, mediante solicitação das



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

chefias interessadas, desde que haja vaga e dotação orçamentária para atender às despesas.

§1º Da solicitação deverão constar:

- I - denominação e nível de vencimento do cargo;
- II - quantitativo de cargos a serem providos;
- III - prazo desejável para provimento;
- IV - justificativa para a solicitação de provimento.

§2º O provimento referido no *caput* deste artigo só se verificará após o cumprimento do preceito constitucional que o condiciona à realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de cada cargo, observados a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso.

Art. 8º Na realização do concurso público poderão ser aplicadas provas escritas, orais, teóricas ou práticas, conforme as características do cargo a ser provido.

Art. 9º O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo esta ser prorrogada, uma única vez, por igual período.

Art. 10. O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização e os requisitos para inscrição dos candidatos serão fixados em edital que será divulgado, de modo a atender ao princípio da publicidade.

Art. 11. Não se realizará novo concurso público enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade ainda não expirado, para os mesmos cargos.

Parágrafo único. A aprovação em concurso público não gera direito a nomeação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Natividade, dentro do prazo de validade do concurso e na forma da lei.

Art. 12. É vedado, a partir da data de publicação desta Lei, o provimento dos cargos e empregos em extinção que integram a Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Natividade, estabelecidos no Anexo II desta Lei.

Art. 13. Fica reservado às pessoas portadoras de deficiência o



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rebello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

percentual de até 5% (cinco por cento) dos cargos públicos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Natividade.

§1º O disposto neste artigo não se aplica aos cargos para os quais a lei exija aptidão plena.

§2º Não serão reservadas vagas aos portadores de deficiência quando o quantitativo do cargo a ser provido for inferior a 20 (vinte).

Art. 14. A Prefeitura Municipal de Natividade estimulará a criação e o desenvolvimento de programas de reabilitação ou readaptação profissional para os servidores portadores de deficiência física ou mental ou limitação sensorial.

Art. 15. A deficiência física ou mental e a limitação sensorial não servirão de fundamento à concessão de aposentadoria, salvo se adquiridas posteriormente ao ingresso no serviço público, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 16. Compete ao Prefeito Municipal, ou a quem este designar, conforme artigo 69 da Lei Orgânica do Município, expedir os atos de provimento dos cargos da Prefeitura Municipal de Natividade.

Parágrafo único. O ato de provimento deverá, necessariamente, conter as seguintes indicações, sob pena de nulidade:

I - fundamento legal;

II - denominação do cargo provido;

III - forma de provimento;

IV - nível de vencimento do cargo;


V - nome completo do servidor;

VI - indicação de que o exercício do cargo se fará cumulativamente com outro cargo, obedecidos os preceitos constitucionais.

Art. 17. Os cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal que vierem a vagar, bem como os que forem criados por esta Lei, só poderão ser providos na forma prevista neste Capítulo ou no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Natividade.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051

 9



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. Excetua-se da proibição contida no **caput** deste artigo a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público municipal, nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal.

CAPÍTULO III
DA PROGRESSÃO

Art. 18. De acordo com o inciso XI do art. 2º desta Lei, progressão é a passagem do servidor de seu padrão de vencimento para outro, imediatamente superior, dentro da faixa do vencimentos da classe que ocupa, observadas as normas estabelecidas neste Capítulo e em regulamento específico.

Art. 19. As progressões ocorrerão 01 (uma) vez por ano, cuja data será definida em regulamento específico.

Art. 20. Os critérios referentes à concessão da progressão serão previstos em regulamento específico.

Art. 21. Para fazer jus à progressão, o servidor deverá, cumulativamente:

I - ter cumprido o estágio probatório;

II - ter cumprido o interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício no padrão de vencimento em que se encontra;

III - ter obtido, pelo menos, o grau mínimo na média de suas duas últimas avaliações de desempenho apuradas pela Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho a que se refere o art. 38 desta Lei e de acordo com as normas previstas em regulamento específico.

§ 1º A progressão só poderá ser concedida ao servidor 06 (seis) meses após o cumprimento do requisito previsto no inciso I deste artigo, desde que haja disponibilidade financeira e que ele tenha sido bem avaliado.

§ 2º Para obter o grau mínimo indicado no inciso III deste artigo o



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

servidor deverá receber, pelo menos, 70% (setenta por cento) do total de pontos em sua avaliação de desempenho.

Art. 22. Os servidores ocupantes dos cargos que não estão organizados em carreira e que tiverem concluído cursos de graduação ou de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* terão acrescido, para efeitos de progressão, aos resultados de suas avaliações de desempenho, a seguinte pontuação:

I – 100 (cem) pontos, quando o curso concluído for de graduação;

II – 150 (cento e cinquenta) pontos, quando o curso de pós-graduação concluído pelo servidor for *lato sensu* com, no mínimo, 360h (trezentos e sessenta horas) de duração;

III – 200 (duzentos) pontos, quando o curso de pós-graduação concluído pelo servidor for de Mestrado;

IV – 250 (duzentos e cinquenta) pontos, quando o curso de pós-graduação concluído pelo servidor for de Doutorado.

§ 1º A pontuação referente à conclusão de curso de graduação só será computada se o mesmo não for pré-requisito para ingresso no cargo.

§ 2º O servidor ocupante de cargo de nível superior, que concluir outro curso de graduação, poderá ter a pontuação a ele referente acrescida ao resultado final de sua avaliação de desempenho, desde que o referido curso contemple matérias que tenham relação com a atividade por ele desenvolvida no Município, e que possam provocar melhoria em sua atuação.

§ 3º Os cursos de pós-graduação relacionados nos incisos II, III e IV deste artigo só serão considerados para concessão de progressão quando relacionados com o cargo ocupado pelo servidor.

§ 4º Caso a relação entre o cargo ocupado pelo servidor e o curso de graduação ou de pós-graduação por ele concluído não seja clara, a chefia à qual está subordinado deverá encaminhar, à Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho, documento recomendando o justificando, quando for o caso, sua aceitação.

§ 5º A Comissão emitirá parecer atribuindo ou não os pontos ao curso realizado pelo servidor, encaminhando a documentação final para apreciação do Prefeito, quando a resposta for negativa.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
TeleFax: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

Art. 23. O servidor que tiver a pontuação relativa à conclusão do curso de graduação ou de pós-graduação acrescida ao resultado de sua avaliação de desempenho, ao ser contemplado com a progressão passará:

I - para 02 (dois) padrões de vencimento imediatamente superiores àquele a que pertence, quando o curso concluído for de graduação;

II - para 03 (três) padrões de vencimento imediatamente superiores àquele a que pertence, quando o curso de pós-graduação concluído for *lato sensu*, com duração mínima de 360h (trezentos e sessenta) horas;

III - para 04 (quatro) padrões de vencimento imediatamente superiores àquele a que pertence, quando o curso de pós-graduação concluído for de Mestrado;

IV - para 05 (cinco) padrões de vencimento imediatamente superiores àquele a que pertence, quando o curso de pós-graduação for de Doutorado.

Parágrafo único. Os cursos de graduação e de pós-graduação concluídos pelos servidores e apresentados à Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho, para obtenção de pontuação, não poderão ser computados outra vez para a concessão de novas progressões.

Art. 24. O merecimento é adquirido durante a permanência do servidor em um mesmo padrão de vencimento.

Art. 25. Havendo disponibilidade financeira, o servidor que cumprir os requisitos estabelecidos no art. 21 desta Lei passará automaticamente para o padrão de vencimento seguinte, reiniciando-se a contagem de tempo e a anotação de ocorrências, para efeito de nova apuração de merecimento.

Art. 26. Não havendo recursos financeiros indispensáveis para a concessão da progressão a todos os servidores que a ela tiverem direito terá preferência, no caso de empate no resultado da avaliação de desempenho, o servidor que contar maior tempo na função, desde que a tenha exercido no serviço público municipal de Natividade e, permanecendo o empate, o mais idoso.

Art. 27. Caso não alcance o grau mínimo em sua avaliação de desempenho, o servidor permanecerá no padrão de vencimento em que se encontra, devendo cumprir o interstício exigido de efetivo exercício nesse padrão, para efeito de nova apuração.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051




Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

Art. 28. Os efeitos financeiros decorrentes das progressões previstas neste Capítulo vigorarão a partir do primeiro dia do mês subsequente à sua concessão.

Art. 29. Somente poderá concorrer à progressão o servidor que estiver no efetivo exercício de seu cargo.

CAPÍTULO IV
(DA PROMOÇÃO)

 [Art. 30. De acordo com o inciso XII do art. 2º desta lei, promoção é a passagem do servidor para a classe imediatamente superior àquela a que pertence dentro da mesma carreira, conforme seu estágio de desenvolvimento.

[§ 1º A promoção se processará a critério da Administração, quando for de interesse do trabalho, e dependerá sempre de existência de vaga e disponibilidade financeira.]

§ 2º As linhas de promoção estão representadas graficamente no Anexo III desta Lei.

Art. 31. Para concorrer à promoção, o servidor deverá, cumulativamente:

I - ter cumprido o interstício mínimo indicado para a classe correspondente, previsto no Anexo VII desta Lei;

II - ter adquirido, em curso de capacitação, os conhecimentos necessários para assumir as competências estabelecidas para a nova classe;

III - ter obtido, pelo menos, grau mínimo na média de suas duas últimas avaliações de desempenho.

§ 1º O grau mínimo a que se refere o inciso III deste artigo é aquele definido no §2º do art. 21 desta Lei.

§ 2º O curso de capacitação mencionado no inciso II deste artigo será oferecido pela Prefeitura, conforme o disposto no Capítulo X desta Lei.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

§ 3º Caso o servidor se antecipe e faça o curso de capacitação requerido para que haja mudança de estágio de desenvolvimento dentro da carreira, poderá concorrer à promoção em condições de igualdade com os demais.

Art. 32. Os servidores ocupantes de cargo de carreira que tiverem concluído curso de graduação ou de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* terão acrescido, para efeitos de promoção, aos resultados de suas avaliações de desempenho, os pontos obtidos em relação ao quesito disciplina e a seguinte pontuação:

I - 100 (cem) pontos, quando o curso concluído for de graduação;

II - 150 (cento e cinquenta) pontos quando o curso de pós-graduação concluído pelo servidor for *lato sensu* com, no mínimo, 360h (trezentos e sessenta horas) de duração;

III - 200 (duzentos) pontos, quando o curso de pós-graduação concluído pelo servidor for de Mestrado;

IV - 250 (duzentos e cinquenta) pontos, quando o curso de pós-graduação concluído pelo servidor for de Doutorado.

§ 1º A pontuação referente à conclusão de curso de graduação só será computada se o mesmo não for pré-requisito para ingresso no cargo.

§ 2º O servidor ocupante de cargo de nível superior que concluir outro curso de graduação poderá ter a pontuação a ele referente acrescida ao resultado final de sua avaliação de desempenho desde que o referido curso contemple matérias que tenham relação com a atividade por ele desenvolvida no Município, e provoquem melhorias em sua atuação.

§ 3º Os cursos de pós-graduação relacionados nos incisos II, III e IV deste artigo só serão considerados para concessão de promoção quando relacionados com o cargo ocupado pelo servidor.

§ 4º Caso a relação entre o cargo ocupado pelo servidor e o curso de graduação ou de pós-graduação por ele concluído não seja clara, a chefia à qual está subordinado deverá encaminhar à Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho documento recomendando e justificando, quando for o caso, sua aceitação.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051


14



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

§ 5º A Comissão emitirá parecer, atribuindo ou não os pontos ao curso concluído pelo servidor, encaminhando a documentação para apreciação do Prefeito, quando a resposta for negativa.

Art. 33. O servidor que tiver a pontuação relativa à conclusão de curso de graduação ou de pós-graduação acrescida ao resultado de sua avaliação de desempenho, ao ser contemplado com a promoção será enquadrado imediatamente:

I - no 2º (segundo) padrão de vencimento do nível para o qual for promovido, quando o curso concluído for de graduação;

II - no 3º (terceiro) padrão de vencimento do nível para o qual for promovido, quando o curso de pós-graduação concluído for *lato sensu*, com duração mínima de 360h (trezentos e sessenta) horas;

III - no 4º (quarto) padrão de vencimento do nível para o qual for promovido, quando o curso de pós-graduação concluído for de Mestrado;

IV - no 5º (quinto) padrão de vencimento, quando o curso de pós-graduação concluído for de Doutorado.

Parágrafo único. Os cursos de graduação e de pós-graduação concluídos pelos servidores e apresentados à Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho para obtenção de pontuação não poderão ser computados outra vez, para a concessão de novas promoções.

Art. 34. A classificação dos candidatos à promoção basear-se-á nos resultados obtidos pelos servidores nos cursos de capacitação acrescidos do decorrente da avaliação de desempenho.

§ 1º A concessão da promoção obedecerá rigorosamente à ordem de classificação mencionada no *caput* deste artigo.

§ 2º Terá preferência para promoção, em caso de empate na classificação, o servidor que contar maior tempo no serviço público municipal em Natividade e, permanecendo o empate, o mais idoso.

Art. 35. Somente poderá concorrer à promoção o servidor que estiver no efetivo exercício de seu cargo.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 36. A avaliação de desempenho será apurada, anualmente, em instrumento de avaliação de desempenho analisado pela Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho a que se refere o artigo 38 desta Lei.

§ 1º O instrumento a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser preenchido tanto pela chefia imediata quanto pelo servidor e enviado à Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho para apuração, objetivando a aplicação dos institutos da progressão e da promoção, definidos nesta Lei.

§ 2º Havendo, entre a chefia e o servidor, divergência substancial em relação ao resultado da avaliação, a Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho deverá solicitar, à chefia, nova avaliação.

§ 3º Ratificada pela chefia, a primeira avaliação, caberá à Comissão pronunciar-se a favor de uma delas.

§ 4º Não sendo substancial a divergência entre os resultados apurados, prevalecerá o apresentado pela chefia imediata.

§ 5º Considera-se divergência substancial aquela que ultrapassar o limite de 10% (dez por cento) do total de pontos da avaliação.

Art. 37. As chefias deverão enviar, sistematicamente, ao órgão responsável pela manutenção dos assentamentos funcionais dos servidores, os dados e informações necessários à avaliação do desempenho de seus subordinados.

CAPÍTULO VI

**DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO DE
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

Art. 38. Fica criada a Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho constituída por 05 (cinco) membros designados pelo Prefeito Municipal de Natividade, com a atribuição de proceder à avaliação periódica de desempenho, conforme o disposto neste Capítulo e em regulamento específico.

§ 1º O Presidente da Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho deverá ser o Secretário Municipal de Administração.

§ 2º Da Comissão deverão fazer parte, também, um membro da Procuradoria Jurídica e um do órgão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Natividade.

§ 3º Os servidores entregarão ao Secretário Municipal de Administração lista contendo 5 (cinco) nomes de representantes eleitos, entre os funcionários efetivos e estáveis, cabendo ao Prefeito Municipal de Natividade a designação de 2 (dois) deles para integrar a Comissão.

Art. 39. A alternância dos membros constituintes da Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho eleitos pelos servidores verificar-se-á a cada 03 (três) anos de participação, observados, para a substituição de seus participantes, os critérios fixados em regulamentação específica e o disposto neste Capítulo.

Parágrafo único. Nas hipóteses de morte ou impedimento proceder-se-á à substituição do membro, de acordo com o estabelecido neste Capítulo.

Art. 40. A Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho terá sua organização e forma de funcionamento regulamentadas por decreto do Prefeito Municipal de Natividade.

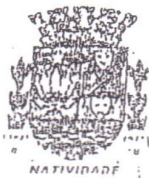
Art. 41. A Comissão reunir-se-á:

I - para coordenar a avaliação de desempenho dos servidores, com base no que dispuser o instrumento de avaliação de desempenho, objetivando a aplicação do instituto da progressão, sempre que existirem recursos financeiros reservados para tal fim;

II - para coordenar a avaliação de desempenho dos servidores, com base no que dispuser o instrumento de avaliação de desempenho, objetivando a aplicação do instituto da promoção, sempre que existirem vagas e houver interesse da Administração em preenchê-las.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO VII

DA REMUNERAÇÃO

Art. 42. Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes e temporárias estabelecidas em lei.

Art. 43. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, nunca inferior a um salário mínimo vigente no país, sendo vedada a sua vinculação ou equiparação, conforme o disposto no inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 44. A remuneração dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Prefeitura Municipal de Natividade e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, nos termos do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 45. As classes que integram as carreiras do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Natividade estão hierarquizadas por níveis de vencimento no Anexo IV desta Lei.

§ 1º A cada nível corresponde uma faixa de vencimentos, composta de 10 (dez) padrões de vencimentos designados alfabeticamente de "A" a "J", conforme a Tabela de Vencimentos constante do Anexo V desta Lei.

§ 2º Os aumentos dos vencimentos respeitarão, preferencialmente, a política de remuneração definida nesta Lei, bem como seu escalonamento e respectivos distanciamentos percentuais entre os níveis e padrões.

Art. 46. A revisão geral dos vencimentos estabelecidos para os cargos de provimento efetivo, bem como para os agentes políticos e os cargos de provimento em comissão, deverá ser efetuada anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinção de índices, conforme o disposto no art. 37, inciso X da Constituição Federal.

Art. 47. Sempre que se reajustar a remuneração dos servidores em atividade, o reajuste será estendido aos inativos e pensionistas na mesma



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

proporção e na mesma data, de acordo com o disposto no art. 40 § 4º da Constituição Federal.

Art. 48. O Poder Executivo publicará anualmente os valores da remuneração dos cargos e empregos públicos da Prefeitura Municipal de Natividade, conforme dispõe o art. 39, § 6º da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII

DA LOTAÇÃO

Art. 49. A lotação representa a força de trabalho, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, necessária ao desempenho das atividades gerais e específicas da Prefeitura Municipal de Natividade.

Art. 50. O Secretário Municipal de Administração estudará, periodicamente, com os demais órgãos da Prefeitura Municipal de Natividade, a lotação de todas as unidades em face dos programas de trabalho a executar.

Parágrafo único. Partindo das conclusões do referido estudo, o Secretário Municipal de Administração apresentará ao Prefeito Municipal de Natividade proposta de lotação geral da Prefeitura Municipal, da qual deverão constar:

I - a lotação atual, relacionando os cargos com os respectivos quantitativos existentes em cada unidade organizacional;

II - a lotação proposta, relacionando os cargos com os respectivos quantitativos efetivamente necessários ao pleno funcionamento de cada unidade organizacional;

III - relatório indicando e justificando o provimento ou extinção de cargos vagos existentes, bem como a criação de novos cargos indispensáveis ao serviço, se for o caso;

IV - as conclusões do estudo, com a devida antecedência para que se preveja, na proposta orçamentária, as modificações sugeridas.

Art. 51. O afastamento de servidor do órgão em que estiver lotado,



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

para ter exercício em outro, só se verificará mediante prévia autorização do Prefeito Municipal de Natividade, para fim determinado e por prazo certo.

Parágrafo único. Atendido sempre o interesse do serviço, o Prefeito Municipal de Natividade poderá alterar a lotação do servidor, **ex-officio** ou a pedido, desde que não haja alteração de vencimento do servidor.

CAPÍTULO IX

DA MANUTENÇÃO DO QUADRO

Art. 52. Novos cargos poderão ser incorporados à Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Natividade, observadas as disposições deste Capítulo.

Art. 53. As Secretarias e os órgãos de igual nível hierárquico poderão, quando da realização do estudo periódico de sua lotação, propor a criação de novos cargos, sempre que necessário.

§ 1º Da proposta de criação de novos cargos deverão constar:

- I - denominação dos que se deseja criar;
- II - descrição das respectivas atribuições e requisitos de instrução e experiência, para provimento;
- III - justificativa pormenorizada de sua criação;
- IV - quantitativo dos cargos a serem criados;
- V - nível de vencimento dos cargos a serem criados.

§ 2º O nível de vencimento dos cargos deve ser definido considerando-se os seguintes fatores:

- III - grau de complexidade e responsabilidade das atribuições

Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

descritas para o cargo.

§ 3º A definição do nível de vencimento deverá resultar da análise comparativa dos fatores dos cargos a serem criados com os fatores dos já existentes na Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Natividade.

Art. 54. Cabe ao responsável pela Secretaria Municipal de Administração analisar a proposta e verificar:

- I - se há dotação orçamentária para a criação do novo cargo;
- II - se suas atribuições estão implícitas ou explícitas nas descrições das classes já existentes.

Art. 55. Aprovada, a proposta será enviada ao Prefeito Municipal que, se estiver de acordo, a encaminhará, em forma de projeto de lei, à Câmara Municipal, para aprovação.

Parágrafo único. Se o parecer for desfavorável pela inobservância de qualquer dos incisos do artigo anterior, o Secretário Municipal de Administração encaminhará cópia da proposta ao Prefeito Municipal, com relatório e justificativa do indeferimento.

Art. 56. Aprovada a criação das novas classes, deverão ser essas incorporadas à Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Natividade.

CAPÍTULO X

DA CAPACITAÇÃO

Art. 57. Fica instituída como atividade permanente na Prefeitura Municipal de Natividade a capacitação de seus servidores, tendo como objetivos:

- I - criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

II - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas e para o exercício pleno de suas competências, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Organização;

III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Organização como um todo.

Parágrafo único. As competências específicas dos cargos que integram a parte permanente do quadro de pessoal serão aprovadas por decreto.

Art. 58. Serão três os tipos de capacitação:

I - de integração, tendo como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, através de informações sobre a organização e o funcionamento da Prefeitura Municipal de Natividade e de transmissão de técnicas de relações humanas;

II - de formação, objetivando dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente atualizado e preparando-o para a execução de tarefas mais complexas, com vistas à promoção;

III - de adaptação, com a finalidade de preparar o servidor para o exercício de novas funções quando a tecnologia absorver ou tornar obsoletas aquelas que vinha exercendo até o momento.

Art. 59. O treinamento terá sempre caráter objetivo e prático e será ministrado, direta ou indiretamente, pela Prefeitura Municipal de Natividade:

I - com a utilização de monitores locais;

II - mediante o encaminhamento de servidores para cursos e estágios realizados por instituições especializadas, sediadas ou não no Município;

III - através da contratação de especialistas ou instituições especializadas, observada a legislação pertinente.

Art. 60. As chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

programas de capacitação:

I - identificando e analisando, no âmbito de cada órgão, as necessidades de treinamento, estabelecendo programas prioritários e propondo medidas necessárias ao atendimento das carências identificadas e à execução dos programas propostos;

II - facilitando a participação de seus subordinados nos programas de capacitação e tomando as medidas necessárias para que os afastamentos, quando ocorrerem, não causem prejuízos ao funcionamento regular da unidade administrativa;

III - desempenhando, dentro dos programas de capacitação aprovados, atividades de instrutor;

IV - submetendo-se a programas de capacitação relacionados às suas atribuições.

Art. 61. O Secretário Municipal de Administração, através do órgão de Recursos Humanos, em colaboração com os demais órgãos de igual nível hierárquico, elaborará e coordenará a execução de programas de capacitação.

Parágrafo único. Os programas de capacitação serão elaborados, anualmente, a tempo de se prever, na proposta orçamentária, os recursos indispensáveis à sua implementação.

Art. 62. Independentemente dos programas previstos, cada chefia desenvolverá, com seus subordinados, atividades de treinamento em serviço, em consonância com o programa de capacitação estabelecido pela Administração, através de:

I - reuniões para estudo e discussão de assuntos de serviço;

II - divulgação de normas legais e aspectos técnicos relativos ao trabalho e orientação quanto ao seu cumprimento e à sua execução;

III - discussão dos programas de trabalho do órgão que chefia e de sua contribuição para o sistema administrativo;

IV - utilização de rodízio e de outros métodos de capacitação em serviço, adequados a cada caso.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praca Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO XI

DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO

Art. 63. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Natividade serão automaticamente enquadrados nos cargos previstos no Anexo I, conforme o seu estágio de desenvolvimento na carreira, observadas a natureza, o grau de dificuldade e a responsabilidade das atribuições dos cargos que estiverem ocupando na data de vigência desta Lei, de acordo com as disposições deste Capítulo.

Art. 64. O Prefeito Municipal de Natividade designará Comissão de Enquadramento constituída por 05 (cinco) membros, presidida pelo Secretário Municipal de Administração, e da qual farão parte, também, um representante da Procuradoria do Município e o responsável pelo órgão de Recursos Humanos da Prefeitura.

Parágrafo único. Os servidores da Prefeitura Municipal de Natividade entregarão ao Secretário Municipal de Administração lista contendo 05 (cinco) nomes de servidores efetivos e estáveis, eleitos em Assembleia Geral da Categoria, cabendo ao Prefeito Municipal a designação de 02 (dois) deles para integrar a Comissão.

Art. 65. Caberá à Comissão de Enquadramento:

I - elaborar normas de enquadramento e submetê-las à aprovação do Prefeito Municipal de Natividade, que poderá revisá-las;

II - elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento e encaminhá-las ao Prefeito Municipal de Natividade.

Parágrafo único. Para cumprir o disposto no inciso II deste artigo, a Comissão se valerá dos assentamentos funcionais dos servidores, do questionário do censo por eles preenchidos e de informações colhidas junto às chefias dos órgãos onde estejam lotados.

Art. 66. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimentos, salvo nos casos de desvio de função, não acolhidos por esta Lei.

§ 1º O servidor enquadrado ocupará, dentro da faixa de vencimentos da classe do novo cargo, o padrão cujo vencimento seja igual ao do cargo que estiver ocupando na data da vigência desta Lei.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

§ 2º Não havendo coincidência de vencimentos, o servidor ocupará o padrão imediatamente superior dentro da faixa de vencimentos estabelecida para o cargo, de acordo com a classe em que for enquadrado.

§ 3º Não sendo possível encontrar, na faixa de vencimentos, valor equivalente ao vencimento percebido pelo servidor, este ocupará o último padrão da faixa de vencimentos do cargo em que for enquadrado e terá direito à diferença, a título de vantagem pessoal permanente.

§ 4º Sobre a diferença objeto do parágrafo anterior, que será incorporada para fins de aposentadoria, incidirão os encargos previdenciários e todos os reajustes concedidos pelo Governo Municipal.

§ 5º Nenhum servidor será enquadrado com base em cargo que ocupa em substituição.

Art. 67. No processo de enquadramento serão considerados os seguintes fatores:

I - atribuições realmente desempenhadas pelo servidor na Prefeitura Municipal de Natividade;

II - nomenclatura e descrição das atribuições do cargo para o qual o servidor foi admitido ou reclassificado, se for o caso;

III - nível de vencimento do cargo;

IV - experiência específica;

V - grau de escolaridade exigida para o exercício do cargo;

VI - habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada.

§ 1º Os requisitos a que se referem os incisos IV e V deste artigo serão dispensados para atender unicamente a situações preexistentes à data de vigência desta Lei e somente para fins de enquadramento.

§ 2º Não se inclui na dispensa objeto do § 1º deste artigo o requisito de habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada, previsto no inciso VI deste artigo.

Art. 68. Os atos coletivos de enquadramento serão baixados através de decreto sob a forma de listas nominais, até 120 (cento e vinte) dias após a data de publicação desta Lei.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

Art. 69. As listas nominais de enquadramento dos servidores municipais estabilizados deverão ser publicadas no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a conclusão dos atos coletivos de enquadramento.

Art. 70. O servidor que entender que seu enquadramento tenha sido feito em desacordo com as normas desta Lei poderá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento, dirigir ao Prefeito Municipal petição de revisão de enquadramento, devidamente fundamentada e protocolada.

§ 1º O Prefeito Municipal, após consulta à Comissão de Enquadramento a que se refere o art. 64 desta Lei, deverá decidir sobre o requerido, nos 10 (dez) dias úteis que se sucederem ao recebimento da petição, encaminhando o despacho ao responsável pelo órgão de Recursos Humanos, para que seja dada ciência ao servidor requerente.

§ 2º Em caso de indeferimento do pedido, o responsável pelo órgão de Recursos Humanos dará ao servidor conhecimento dos motivos do indeferimento, bem como solicitará sua assinatura no documento a ele pertinente.

§ 3º Sendo o pedido deferido, a ementa da decisão do Prefeito Municipal de Natividade deverá ser publicada em órgão oficial do Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do término do prazo fixado no §1º deste artigo.

Art. 71. Os cargos vagos existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal antes da data de vigência desta Lei e os que forem vagando em razão do enquadramento dos servidores da Prefeitura de Natividade nos cargos previstos no Anexo I desta Lei ficarão automaticamente extintos.

CAPÍTULO XII

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 72. De acordo com o inciso XIV do art. 2º desta Lei, cargo de provimento em comissão é o cargo de confiança de livre nomeação e



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

exoneração, a ser preenchido, também, por servidor de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei, conforme a circunstância.

Art. 73. A investidura de servidor de carreira em cargo comissionado estará disciplinada na lei de Estrutura Administrativa e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Natividade.

Art. 74. Os cargos de provimento em comissão e as funções de confiança da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Natividade são os constantes do Anexo VI desta Lei, acompanhados dos seus símbolos e valores.

§ 1º As funções de confiança mencionadas no *caput* deste artigo serão assumidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Natividade.

§ 2º Lei de Estrutura Administrativa estabelecerá os casos, condições e percentuais mínimos dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira.

§ 3º É vedada a acumulação de duas ou mais funções de confiança.

§ 4º Os servidores investidos em cargos comissionados ou em funções de confiança poderão ter promoção e progressão, na forma desta Lei, desde que as atribuições da função ou cargo ao qual lhe foi atribuído guardem compatibilidade com as atribuições de seu cargo de carreira.

Art. 75. Extinto qualquer órgão da estrutura administrativa, automaticamente extinguir-se-á o cargo comissionado ou a função gratificada correspondente à sua direção ou à sua chefia.

Art. 76. Fica vedada a designação de função de confiança ou nomeação para cargo comissionado para exercício de atribuições específicas, quando estas forem inerentes ao desempenho do cargo, nos casos que não houver a caracterização de direção, chefia ou assessoramento.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 77. O decreto aprovando a parte suplementar do quadro de pessoal indicará o nome do servidor, a denominação do seu cargo ou emprego e o valor do vencimento ou do salário que for perceber.

§ 1º A progressão prevista no Capítulo III será extensiva aos servidores ocupantes dos cargos e empregos constantes da parte suplementar do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Natividade, estabelecida no Anexo II desta Lei.

§ 2º As progressões a serem concedidas aos servidores integrantes da parte suplementar do quadro de pessoal, observarão a mesma proporcionalidade da tabela de vencimentos da parte permanente do quadro de pessoal, limitada a 09 (nove) progressões.

§ 3º Sempre que houver alteração nas tabelas de vencimentos da parte permanente do quadro de pessoal, o percentual aplicado entre um padrão de vencimento e outro será estendido para as progressões a serem concedidas aos ocupantes da parte suplementar do quadro de pessoal.

Art. 78. Os servidores estabilizados pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, quando forem aprovados em concurso público, serão imediatamente efetivados e enquadrados nas classes constantes da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Natividade, conforme os cargos constantes do Anexo I desta lei.

Art. 79. Os servidores não-estáveis e não-concursados serão exonerados, caso a despesa com pessoal ultrapasse o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000, após a redução de pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, de acordo com o disposto no § 3º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º Se as medidas adotadas com base no *caput* deste artigo não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar nele referida, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que o ato normativo motivado pelo Poder Executivo Municipal especifique a atividade funcional e o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal, conforme o disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

§ 2º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 3º O cargo objeto das reduções previstas nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 04 (quatro) anos.

§ 4º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 80. Consideram-se servidores não-estáveis, para fins do art. 79 desta Lei, aqueles admitidos na Prefeitura Municipal de Natividade sem concurso público de provas ou provas e títulos após o dia 05 de outubro de 1983.

Art. 81. O Prefeito Municipal de Natividade poderá estabelecer horário de trabalho diferenciado do expediente normal da Prefeitura em razão das peculiaridades dos serviços executados pelos profissionais que nela trabalham, desde que respeitada a carga horária máxima estabelecida para cada categoria no Anexo I desta Lei.

Art. 82. A carga horária dos ocupantes dos cargos previstos no Anexo II desta Lei não sofre modificações em relação ao que atos institucionais pretéritos disciplinaram.

Art. 83. O servidor da Prefeitura Municipal de Natividade que cumpre uma carga horária inferior às 40 (quarenta) horas semanais estabelecidas na Lei Municipal nº 8, de 13 de junho de 1977, em decorrência de liberalidade do Governo Municipal poderá, atendidos os interesses da Administração, restaurar sua jornada de trabalho para esse limite de horas.

§ 1º O servidor mencionado no *caput* deste artigo que desejar retornar à situação original de 40 (quarenta) horas semanais fará jus a um "abono de complementação de carga horária" de até 25% (vinte e cinco por cento), que incidirá sobre seu vencimento-base.

§ 2º Para que o disposto no *caput* deste artigo ocorra, o servidor deverá formalizar seu desejo junto à Secretaria Municipal de Administração.

§ 3º Após a formalização a que se refere o parágrafo anterior, a Secretaria Municipal de Administração verificará junto ao titular da Secretaria



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

em que o servidor estiver lotado se há interesse do órgão na restauração de sua carga horária para o limite de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 4º A Secretaria consultada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder se há interesse ou não em restaurar a carga horária original do servidor.

§ 5º Para fundamentar sua resposta, a Secretaria consultada deverá preencher, em relação ao servidor que deseja restaurar sua carga horária original, o formulário de avaliação funcional constante do decreto que regulamenta a progressão e a promoção.

§ 6º Somente poderão restaurar sua carga horária original os servidores que obtiverem conceito **BOM** em, pelo menos, 03 (três) fatores da avaliação funcional a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 84. Sempre que houver interesse da Administração, a carga horária dos ocupantes dos cargos previstos no Anexo I desta Lei poderá ser cumprida em regime de plantão.

Art. 85. As despesas decorrentes da implantação da presente Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento de 2003 e seguintes, suplementada se necessário.

Art. 86. Dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da vigência desta Lei, o Prefeito Municipal regulamentará, por ato próprio, a progressão e a promoção.

Art. 87. A cada ano, após definida a proposta orçamentária do Município de Natividade, serão expedidos, pelo Prefeito Municipal, os critérios de concessão de progressões e promoções propostos pela Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação de Desempenho.

Parágrafo único. Os critérios mencionados no *caput* deste artigo definirão, tendo em vista as disponibilidades orçamentárias, os quantitativos de progressões e promoções possíveis e a sua distribuição por classe.

Art. 88. Do total de vagas estabelecido para o cargo de Fiscal II, no Anexo I desta Lei, 02 (duas) serão extintas à medida que vagarem.

Art. 89. Do total de vagas estabelecido para o cargo de Motorista II, no Anexo I desta Lei, 05 (cinco) serão extintas à medida que vagarem.



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rubello n.º 04 - Centro
Tel/Fax: (22) 3841-1051



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

Art. 90. Do total de vagas estabelecido para o cargo de Odontólogo, no Anexo I desta Lei, 05 (cinco) serão extintas à medida que vagarem.

Art. 91. As progressões a serem concedidas à carreira de guarda municipal serão limitadas a 06 (seis) padrões de vencimento.

Art. 92. O servidor de carreira investido em cargo comissionado ou em função de confiança fará jus a promoção e progressão, desde que o cargo ou função por ele exercido tenha correlação direta com as atribuições de seu cargo de carreira.

Art. 93. Fica assegurada a todos os agentes públicos do poder executivo municipal uma revisão linear de 08% (oito por cento) sobre seus respectivos vencimentos-base, a partir do primeiro dia de vigência desta lei.

§1º A revisão de que trata este artigo será concedida antes do enquadramento dos servidores à nova tabela de vencimentos.

§2º Fica assegurada a revisão aludida no *caput*, aos servidores que compõem a parte permanente do quadro de pessoal desta Lei, dentro do enquadramento na nova tabela de vencimentos.

Art. 94. Aos cargos integrantes da parte suplementar deste Sistema de Carreiras e Remuneração, será assegurada a incorporação do adicional de insalubridade que lhes houver sido concedido até o mês de janeiro do ano de 2002.

§1º A incorporação aludida no *caput*, será atribuída aos servidores como "vantagem pessoal permanente"

§2º Será preservada a atual tabela de vencimentos e a respectiva hierarquização dos cargos da parte suplementar, com as mudanças estabelecidas nesta Lei.


§3º Excluem-se da regra constante neste artigo os cargos da parte suplementar que possuem, como pré-requisito para seu ingresso, curso de nível superior regulamentado.

Art. 95. Os cargos de nível superior que integram a parte suplementar serão enquadrados no menor nível da tabela de vencimentos da parte permanente do quadro de pessoal de nível superior.

Parágrafo único. Estes servidores, assim como os demais integrantes da



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051

 31



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Natividade - RJ
Gabinete do Prefeito

parte suplementar, não terão direito a promoção e farão jus à progressão, na forma do artigo 77, § 2º.

Art. 96. Os cargos de nível superior e técnico, que integram a parte permanente do quadro de pessoal, serão necessariamente enquadrados no primeiro nível de suas respectivas carreiras.

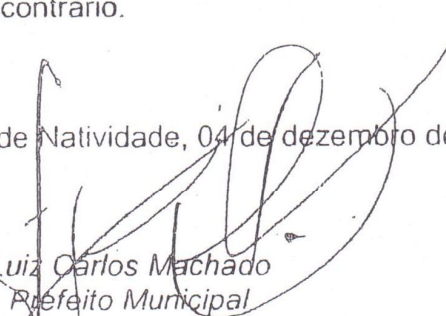
Art. 97. Os servidores públicos municipais integrantes da parte permanente ou suplementar, que recebem vantagens sob os títulos "gratificação de função", "gratificação especial" ou "produtividade I", a partir da implementação desta Lei as terão incorporadas à suas remunerações, sob o título de "vantagem pessoal permanente".

Art. 98. Os vencimentos previstos na Tabela do Anexo V serão devidos a partir da publicação dos atos coletivos de enquadramento, referidos no artigo 68 desta Lei.

Art. 99. São partes integrantes da presente Lei os Anexos I a VII que a acompanham.

Art. 100. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Natividade, 04 de dezembro de 2002.


Luiz Carlos Machado
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Natividade
Praça Ferreira Rabello n.º 04 - Centro
Tel/Fax.: (22) 3841-1051